
Seabra
Energética S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Seabra Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Seabra Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

Seabra Energética S.A.

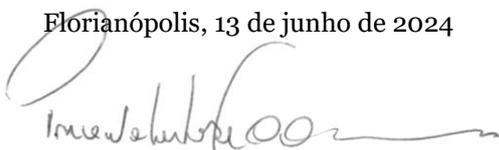
internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de junho de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Seabra Energetica S.A.

Balancos patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	20.478	5.687	Fornecedores	10	83	138
Contas a receber	7	7.552	3.167	Tributos a recolher	21	479	224
Tributos a recuperar		130	78	Dividendos a pagar	13	4.832	3.782
Outros ativos		113	305	Arrendamentos		106	-
Total do ativo circulante		28.273	9.237	Imposto de renda e contribuição social		158	262
Não circulante				Partes relacionadas	11	15.060	4.813
Contas a receber	7	10.025	10.266	Total do passivo circulante		20.718	9.219
Imobilizado	8	87.820	76.014	Não circulante			
Intangível	9	13	94	Arrendamentos		1.535	674
Total do ativo não circulante		97.858	86.374	Tributos a recolher	21	366	375
				Provisão para remoção de imobilizado	18	1.290	2.719
				Imposto de renda e contribuição social		617	316
				Total do passivo não circulante		3.808	4.084
				Total do passivo		24.526	13.303
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13	65.350	65.350
				Reservas de Lucros	13	36.255	16.958
				Total do patrimônio líquido		101.605	82.308
Total do ativo		126.131	95.611	Total do Passivo e Patrimônio líquido		126.131	95.611

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energetica S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional			
Receita de fornecimento de energia elétrica	14	34.375	31.942
(-) Deduções da receita	14	(1.268)	(1.165)
Receita operacional líquida		33.107	30.777
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	15.a	(10.791)	(13.577)
Lucro bruto		22.316	17.200
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	15.b	(3.661)	(1.907)
Outras (despesas) receitas	15.c	992	1.230
		(2.669)	(677)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		19.647	16.523
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	16	2.216	1.365
Despesas financeiras	16	(14)	(333)
		2.202	1.032
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		21.849	17.555
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.503)	(1.629)
Lucro do exercício		20.346	15.926
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)		0,31134	0,24370

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energetica S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do exercício		20.346	15.926
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>20.346</u>	<u>15.926</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energetica S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total de Patrimônio
			Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2022		69.850	3.144	10.062	-	83.056
Lucro do exercício		-	-	-	15.926	15.926
Redução de capital	11	(4.500)	-	-	-	(4.500)
Constituição de reserva legal	11	-	796	-	(796)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(3.782)	(3.782)
Dividendos adicionais destinados	11	-	-	(8.392)	-	(8.392)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	11.347	(11.347)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		65.350	3.940	13.017	-	82.308
Lucro do exercício		-	-	-	20.346	20.346
Constituição de reserva legal	11	-	1.018	-	(1.018)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	(4.831)	(4.831)
Reversão de dividendos destinados em anos anteriores	11	-	-	3.783	-	3.783
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	14.497	(14.497)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		65.350	4.958	31.297	-	101.605

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energetica S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.849	17.555
		<u>21.849</u>	<u>17.555</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	8	1.302	366
Depreciação e amortização	8 e 9	5.355	7.828
Juros sobre arrendamento mercantil		73	73
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado	17	<u>(1.428)</u>	<u>(130)</u>
		<u>5.302</u>	<u>8.137</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	7	(4.144)	(4.802)
Tributos a recuperar		(52)	(68)
Outras movimentações em ativos		286	(209)
Fornecedores	10	(55)	123
Tributos a recolher		443	32
Outras movimentações em passivos		<u>-</u>	<u>(68)</u>
		<u>(3.522)</u>	<u>(4.992)</u>
Caixa líquido gerado pelas operações			
		<u>23.629</u>	<u>20.700</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.503)	(1.274)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
		<u>22.126</u>	<u>19.426</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	8	<u>(18.476)</u>	<u>(6.853)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento			
		<u>(18.476)</u>	<u>(6.853)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de arrendamentos		894	(201)
Pagamentos de dividendos		-	(11.740)
Partes relacionadas a pagar	10	<u>10.247</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento			
		<u>11.141</u>	<u>(11.941)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>14.791</u>	<u>632</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	5.687	5.055
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	<u>20.478</u>	<u>5.687</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>14.791</u>	<u>632</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seabra Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO

A Seabra Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, de direito privado, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, constituída em 16 de outubro de 2007, que tem por objeto social a construção e exploração comercial do Parque Eólico denominado SEABRA, com 35,07 MW de potência instalada, localizado no município de Brotas de SEABRA - BA. O prazo de duração da mesma é indeterminado, conforme consta no estatuto da Companhia. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é Companhia integrante do grupo norueguês Statkraft.

A Central Geradora Eólica SEABRA, localizada no município de Brotas de SEABRA/BA, possui 21 aerogeradores e está devidamente licenciada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), por meio da licença de operação, LO Nº16.395 com validade até 22 de junho de 2023. A renovação da referida LO foi solicitada em 09/01/23, dentro do prazo legal (processo nº 2023.001.000200/INEMA/LIC-00200). Embora a LO não tenha um prazo específico de validade, é importante ressaltar que as licenças permanecem válidas, uma vez que o pedido de renovação foi realizado dentro do prazo legal. Esta ação assegura a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, garantindo a continuidade das operações sem interrupções.

Em 5 de julho de 2012, por meio do Despacho nº 2.222 a ANEEL autorizou o início da operação comercial da EOL SEABRA (SEABRA Energética S.A.), com 30.060 kW de capacidade instalada sendo que a UEE SEABRA comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER) ocorrido em dezembro de 2009. No total foram vendidos 11,0 MW médios de energia. A energia foi contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 13 de junho de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica no mercado de curto prazo conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.5. Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos líquidos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8. Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em

benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.12. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- CPC 26 (R1) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido período.

b) Vida útil do ativo imobilizado

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado. Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) *Risco com taxa de juros*

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) *Risco com taxa de câmbio*

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com ela, principalmente em relação ao contas a receber. Contudo, a Companhia possui um único contrato de venda de energia de reserva (CER), com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é uma entidade civil sem fins lucrativos que atua na medição e liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado de curto prazo, garantindo o fornecimento e modicidade tarifária do mercado brasileiro de energia. Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a administração entende que o risco de crédito está mitigado.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	20.478	5.687
Contas a receber	17.577	13.433
	<u>38.055</u>	<u>19.120</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	83	138
Arrendamentos	1.535	674

Dividendos	9.332	3.782
Partes relacionadas	10.560	4.813
	<u>21.510</u>	<u>9.407</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias em moeda funcional	3	2
Aplicações financeiras com liquidez imediata	20.475	5.685
	<u>20.478</u>	<u>5.687</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e são remunerados a taxa média de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7. CONTAS A RECEBER

	31.12.2023	31.12.2022
(I) Fornecimento de energia elétrica	-	2.404
(II) Saldo de mercado de curto prazo	-	763
(III) Geração excedente aos contratos CER	17.577	10.266
Total de contas a receber	<u>17.577</u>	<u>13.433</u>
Apresentadas como:		
Ativo Circulante	7.552	3.167
Ativo não circulante	10.025	10.266

- (i) Representa a energia contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como energia reserva por um prazo de 20 anos;
- (ii) Saldos exclusivamente referentes à geração de energia excedente ao montante contratado pelo contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE. O valor até 130% do limite contratado é recebido ao final de cada quadriênio contratual, e o excedente acima de 130%, recebido ao final da apuração de cada ano contratual, em 12 meses;
- (iii) Composto pelo saldo de compartilhamento de custos entre as empresas do grupo.

8. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	Taxa média de depreciação	31.12.2023			31.12.2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	13	(2)	11	13	(1)	12
Máquinas e Equipamentos	6,85%	487	(104)	383	513	(71)	442
Linhas de transmissão	3,90%	3.629	(1.406)	2.223	3.603	(1.263)	2.340
Aerogeradores	5,69%	129.112	(72.577)	56.535	131.225	(68.296)	62.929
Outros ativos	4,70%	332	(108)	224	332	(92)	240
Imobilizado em curso	-	26.652	-	26.652	9.351	-	9.351
Arrendamentos	5,88%	2.092	(300)	1.792	918	(218)	700
		<u>162.317</u>	<u>(74.497)</u>	<u>87.820</u>	<u>145.955</u>	<u>(69.941)</u>	<u>76.014</u>

	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 01.01. 2022	12	55	2.481	70.401	641	2.596	753	76.939
Adições	-	-	-	-	-	6.851	-	6.851
Transferências	-	422	(1)	-	(386)	(36)	1	-
Depreciação	-	(35)	(140)	(7.472)	(15)	-	(54)	(7.716)
Baixas	-	-	-	-	-	(60)	-	(60)
Saldo em 31.12.2022	12	442	2.340	62.929	240	9.351	700	76.014
Adições	-	-	-	-	-	18.476	-	18.476
Transferências	(1)	(25)	25	-	(1)	(1.175)	1.177	-
Depreciação	-	(34)	(142)	(5.092)	(15)	-	(85)	(5.368)
Baixas	-	-	-	(1.302)	-	-	-	(1.302)
Saldo em 31.12.2023	11	383	2.223	56.535	224	26.652	1.792	87.820

9. INTANGIVEL

	31.12.2023				31.12.2022		
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares	20%	656	(643)	13	656	(562)	94
		656	(643)	13	656	(562)	94
					Softwares	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2022					94	94	
Depreciação					(81)	(81)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023					13	13	

10. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de materiais e serviços	83	138
Total de Fornecedores	83	138
Apresentadas como:		
Passivo Circulante	83	138

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém os seguintes contratos firmados com partes relacionadas para operação da UEE:

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	14.704	4.811
Energen Energias Renováveis S.A. (i)	-	2
Statkraft AS (i)	300	-
Statkraft Energi AS (i)	56	-
	15.060	4.813

(i) Serviços de gerenciamento das atividades de operação, compartilhamento de custos administrativos e saldo a pagar de redução de capital, firmados com a Statkraft Energias Renováveis S.A.;

(ii) Serviços de operação e manutenção firmado com as empresas do grupo.

	31.12.2023	Controladora 31.12.2022
Custo na compra de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iii)	(205)	(2.953)
	(205)	(2.953)

	31.12.2023	Controladora 31.12.2022
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iv)	(99)	(121)
	(99)	(121)

- (iii) Compra de energia elétrica
(iv) Serviços compartilhados.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados consoante facultado pela Lei nº9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de Renda		
Base de cálculo presumido	28.419	27.984

Presunção do lucro tributável - %	8%	8%
IRPJ no resultado	2.274	2.238
Outras receitas	1.545	1.913
Base de Cálculo	3.818	4.151
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%
Total	(955)	(1.038)
Outros efeitos em tributos	24	24
Dedução adicional IRPJ	(127)	(91)
IRPJ no resultado	(1.058)	(1.105)
Contribuição Social	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo presumido	28.419	27.984
Presunção do lucro tributável - %	12%	12%
CSLL no resultado	3.410	3.358
Outras receitas	1.545	1.913
Base de Cálculo	4.955	5.271
Alíquotas aplicáveis - %	9%	9%
Total	(446)	(474)
Outros efeitos em tributos	-	(50)
CSLL no resultado	(446)	(524)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social está representado pelo montante de R\$ 65.350 e por 65.350.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, (65.350.000 de ações em 31 de dezembro de 2022), detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do exercício	20.346	15.926
Constituição da reserva legal	<u>(1.018)</u>	<u>(796)</u>
Base de cálculo	19.328	15.130
Dividendo mínimo estatutário	25%	25%
Dividendos propostos	(4.832)	(3.782)
Dividendos adicionais	<u>-</u>	<u>(8.392)</u>
Total da distribuição de dividendos	<u><u>(4.832)</u></u>	<u><u>(12.174)</u></u>

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	<u>3.348</u>
Dividendos adicionais aprovados	(8.392)
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.782)
Pagamento realizados	<u>5.044</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(3.782)</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.831)
Reversão de dividendos	<u>3.783</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>(4.831)</u></u>

14. RECEITA LÍQUIDA

	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional bruta		
Ambiente de Contratação Livre	34.314	31.943
Transações no mercado de curto prazo	61	-
Receita de fornecimento de energia elétrica	<u>34.375</u>	<u>31.943</u>

(-) Deduções da receita		
PIS	(226)	(208)
COFINS	(1.042)	(958)
	<u>(1.268)</u>	<u>(1.166)</u>
Receita operacional líquida	<u>33.107</u>	<u>30.777</u>

15. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos no fornecimento de energia

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(12)	(14)
Encargos setoriais	(4.358)	(1.636)
Serviços tomados de partes relacionadas	(205)	(2.953)
Depreciação e amortização	(5.450)	(7.828)
Seguros fianças e comissões	(436)	(389)
Serviços de terceiros	(330)	(757)
	<u>(10.791)</u>	<u>(13.577)</u>

b) Gerais e administrativas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Salários e encargos sociais	(10)	-
Encargos setoriais	(113)	(183)
Impostos e taxas	(248)	(64)
Outros	(553)	(179)
Materiais	(800)	(182)
Serviços de terceiros	(1.623)	(914)
Propaganda e publicidade	-	(3)
Viagens e estadias	(78)	(195)
Estudos em desenvolvimento	(114)	-
Serviços de partes relacionadas	(99)	(121)
Aluguel	(23)	(66)
	<u>(3.661)</u>	<u>(1.907)</u>

c) Outras (despesas) receitas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Lucros cessantes	992	1.230
	<u>992</u>	<u>1.230</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.089	1.281
Variação cambial ativa	-	84
	<u>2.089</u>	<u>1.365</u>
Despesas financeiras		
Financiamentos	-	(73)
Outras despesas financeiras	(7)	(146)
Variação cambial passiva	(7)	(102)
IOF, multas e juros sobre tributos	-	(12)
	<u>(14)</u>	<u>(333)</u>
Resultado financeiro	<u>2.202</u>	<u>1.032</u>

17. PROVISÃO PARA REMOÇÃO DE IMOBILIZADO

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios entende que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Conforme avaliação realizada em setembro de 2017, os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

Os custos de desmobilização foram capitalizados na Companhia na data da avaliação e remensurados no montante de R\$622. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da provisão é de R\$ 1.290 (R\$ 2.719 em 31 de dezembro de 2022).

18. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	20.346	15.926
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>65.350</u>	<u>65.350</u>
Lucro por ação	<u>0,31134</u>	<u>0,24370</u>

19. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis

e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação nos exercícios de 2023 e 2022.

20. OUTROS RISCOS

a) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

b) Risco da não entrega da energia contratada

É o risco de que a Companhia não entregue 100% da energia contratada em cada quadriênio. O contrato de venda de energia estabelecido entre a Companhia e a CCEE prevê entrega mínima anual de 90% da energia contratada para que não haja penalidade de 15% entre a diferença do volume entregue e o limite mínimo anual. Caso a não consiga em quadriênios entregar 100% do volume contratado, a diferença não entregue poderá ser compensada por meio de contrato de cessão com outro empreendimento eólico que tenha contrato estabelecido no mesmo leilão que a Companhia. Contudo, caso não seja possível essa negociação, a diferença negativa deverá ser ressarcida em 12 parcelas mensais a partir do quadriênio subsequente, sempre valorados à preço vigente do contrato.

21. TRIBUTOS A RECOLHER

	31.12.2023	31.12.2022
COFINS a recolher	542	407
CSRF a recolher	4	100
Imp. s/ importação a recolher	179	-
INSS a recolher	1	3
IRPF a recolher	1	2
PIS a recolher	117	87
	845	599
Apresentados como:		
Passivo circulante	479	224
Passivo não circulante	366	375

22. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025, as quais abrangem as operações da Companhia.